

Impressões de uma guerra: o discurso de *O Estado de S. Paulo* sobre a guerra de independência cubana (1895-1898)

Renato Cesar Santejo Saiani¹

Resumo: Em comparação com os demais países da América Latina, Cuba obteve tardiamente sua independência em relação à Espanha e, mesmo assim, não a conseguiu por completo, já que a intervenção norte-americana no conflito gerou uma tutela que perdurou por alguns anos. Contudo, apesar de seu caráter *sui generis* e de sua importância para o continente americano, a independência cubana não recebeu grande atenção da historiografia brasileira, contando com pouquíssimos estudos dedicados ao tema. Assim, este artigo busca discutir o processo de independência cubana, desenvolvido entre os anos de 1895 e 1898, sob a perspectiva do periódico *O Estado de S. Paulo*. Procuraremos, fundamentalmente, compreender como o jornal paulista se posicionou em relação ao conflito e à posterior intervenção norte-americana, quais foram os aspectos privilegiados, a análise e construção crítica de cada envolvido e se houve mudanças no posicionamento em relação aos mesmos.

Palavras-chave: Cuba; independência; *O Estado de S. Paulo*.

Impressions of a war: the discourse of *O Estado de S. Paulo* on the Cuban war of independence (1895-1898)

Abstract: Compared with other Latin American countries, Cuba later obtained its independence from Spain, and even then, not managed at all, since the United State of America intervention in the conflict generated a trusteeship that lasted for a few years. However, despite its *sui generis* nature and its importance to the American continent, the Cuba independence has not received much attention in Brazilian historiography with very few studies devoted to the subject. Thus this article aims to discuss the Cuban independence process, developed between the years 1895 and 1898, under the *Estado de S. Paulo* perspective. We seek to understand how the newspaper stands in relation to the conflict and the subsequent United State intervention, which were the privileged aspects, analysis and criticism of each involved and whether there were changes in the positioning in relation of them.

Keywords: Cuba, Independence, *O Estado de S. Paulo*.

¹ Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP – Universidade Estadual Paulista. Este artigo é parte dos resultados de pesquisa de Mestrado intitulada *Liberdade hipotecada: o processo de independência cubana na imprensa brasileira (1895-1902)*, financiado pela Fapesp. E-mail: nasai85@yahoo.com.br



Artigo recebido em: 80/02/16

Artigo aprovado para publicação em: 07/05/16

Nos últimos quinze anos a produção acadêmica brasileira sobre Cuba observou um crescimento exponencial, situação motivada pela difusão e consolidação do campo de História da América nas universidades, a expansão da pós-graduação e a consequente formação de novos docentes, o aumento das relações políticas e econômicas com Cuba, além da criação de projetos de cooperação científica entre instituições de ensino superior dos dois países². O aumento das pesquisas não trouxe, contudo, uma diversificação temática acentuada, mantendo o predomínio dos trabalhos ligados à Revolução de 1959 ou à literatura cubana. Temas como o processo de independência, a escravidão, movimentos migratórios, música, cinema e fotografia, ainda não contam com uma quantidade expressiva de trabalhos, proporcionando o surgimento de lacunas para aqueles que buscam, na historiografia brasileira, estudos sobre a história cubana.

Dentre esses temas periféricos o que nos chama mais atenção é o da emancipação cubana, pois os anos de luta independentista e as consequências de seu término se converteram em um importante ponto de inflexão nas relações e influências que agiam no continente americano em fins do século XIX. O desmembramento dos últimos resquícios do Império colonial espanhol na América e no Pacífico; a configuração de uma nova fase da política exterior norte-americana, mais agressiva e atuante nos assuntos internacionais; e, por fim, a redefinição da relação dos países latino-americanos quanto aos Estados Unidos e à Espanha, sobretudo na aceitação das correntes ideológicas representadas pelo hispanismo e pelo pan-americanismo, foram algumas das mudanças marcantes originadas ou influenciadas pela independência cubana.

Para a ilha de Cuba, o caráter frustrado da independência deixou uma importante herança para os movimentos revolucionários que surgiram posteriormente, sobretudo, para a

² Um dos projetos a serem destacados é o Programa CAPES/MÊS-Cuba, que visa apoiar a formação de recursos humanos de alto nível, vinculando-se projetos de cooperação científica entre instituições de ensino superior do Brasil e de Cuba, em diversas áreas do conhecimento. Tal iniciativa abriu um leque de possibilidades para os pesquisadores brasileiros sobre temáticas cubanas e gerou um interessante intercâmbio intelectual entre os dois países. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/cuba/mes-projetos>. Acesso em: 07 de jan. 2016.



Revolução de 1959. Construiu-se, assim, um movimento de longa duração, pois os fracassos de 1868 e 1895, segundo José Rodrigues Mao Júnior (2007, p. 17), “acabaram por determinar a correlação de classes do movimento nacional cubano, que passou a basear-se num nacionalismo militante extremado e de caráter crescentemente anti-imperialista.” Nesse sentido, nota-se que o ideal revolucionário de 1959 é herdeiro de uma construção que edificou um processo histórico fundamentado na constante luta por uma liberdade efetiva.

Uma das justificativas recorrentes para a escassez de estudos sobre o tema baseia-se na dificuldade de acessar certas fontes cubanas, espanholas ou norte-americanas. Não podemos negar o fato de que as viagens ao exterior ou a importação dessas fontes são ações extremamente dispendiosas para os pesquisadores que nem sempre dispõem de verbas, incentivos ou recursos próprios para investir em tais necessidades. Para tanto, algumas possibilidades se apresentam para solucionar essa carência documental. A *Biblioteca Nacional de España*, por exemplo, possui uma vasta hemeroteca digital com periódicos que circularam na Espanha em fins do século XIX e também exemplares de jornais produzidos por imigrantes radicados em diversos países, incluindo Cuba, Estados Unidos e Brasil³. A *Library of Congress*, por sua vez, também possui um rico acervo digital sobre a Guerra Hispano-Americana, reunindo periódicos norte-americanos, fotos e livros integralmente digitalizados, além de uma coleção de 68 *motion pictures*, produzidos entre 1898 e 1901⁴.

As fontes brasileiras também são capazes de viabilizar interessantes pesquisas sobre o tema, sobretudo com a utilização de documentos oficiais ou dos diversos periódicos disponíveis nos centros de documentação existentes no país. Essa última é justamente a opção definida para a produção deste artigo, pois a guerra de independência exerceu um notável impacto sobre a opinião pública latino-americana. No Brasil, foi acompanhada com bastante interesse por toda a imprensa, não só pela dimensão militar do evento, mas, sobretudo, pelo seu significado político e econômico.

A definição de um periódico para o desenvolvimento dessa análise é complexa e até mesmo arbitrária, mas os limites impostos por um artigo nos obrigaram a fazer essa opção.

³ <http://hemerotecadigital.bne.es/index.vm>

⁴ <http://www.loc.gov/collection/spanish-american-war-in-motion-pictures/about-this-collection/>



Assim, definimos a utilização do periódico *O Estado de S. Paulo*, por possuir uma concepção política baseada em postulados liberais, na autodeterminação dos povos e na sua definição como órgão de oposição aos governos constituídos, buscando calibrar seu princípio liberal de autonomia à experiência prática e institucional de outros países, sobretudo na dos Estados Unidos, colocando-o como exemplo para o crescimento brasileiro. A análise do posicionamento desse periódico nos permitirá observar a construção de um discurso ativo, assim como a observação e análise de manifestações de outros agentes da opinião pública paulista sobre a situação da ilha e dos interesses de todos os envolvidos no conflito.

Ao construirmos uma análise histórica aliada com a imprensa, dois campos de estudo devem ser observados: “História da Imprensa” e “História através da Imprensa”. O primeiro tem como objetivo reconstruir o processo histórico dos órgãos de comunicação determinando suas principais características e formas de atuação. O segundo, por sua vez, refere-se a trabalhos que utilizam a imprensa como fonte primária para a pesquisa. (ZICAMAN, 1981, p. 89) Este artigo está inserido na segunda modalidade, contudo, não podemos deixar de aproveitar os pressupostos do campo da “História da imprensa”, pois é impossível a utilização de periódicos como fontes sem o conhecimento de sua história, seu posicionamento político, suas vinculações e seus interesses, como demonstram Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado (1980, p. XIX):

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, nega-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomavam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

Assim, os discursos e representações do jornal acerca do processo de independência cubana inserem-se na perspectiva metodológica de observar a imprensa como um agente que atuava diretamente nas discussões políticas que se desenvolviam no período.

Breve panorama da Guerra dos Dez Anos e da estrutura política, social e econômica de Cuba.



Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, N°. 20, p. 95-125, Jan/Jun., 2016.
<http://revista.anphlac.org.br>

A análise dos artigos veiculados pelo periódico brasileiro não seria completa sem a construção de um breve panorama acerca dos fatos que antecederam o movimento independentista de 1895. Dessa forma, optamos por retroceder alguns anos e demonstrar as consequências e influências deixadas pelo primeiro movimento de independência, assim como para observar a estrutura política, econômica e social existente na ilha de Cuba. Também vale ressaltar que não construiremos nesse tópico um quadro factual completo sobre os anos de desenvolvimento do segundo movimento de independência, pois tais informações estão inseridas nas análises dos artigos publicados pelo periódico, evitando a ocorrência de excessos e repetições.

O primeiro movimento pró-independência com organização efetiva e a participação de uma parte da elite cubana foi iniciado em outubro de 1868, pelo advogado e proprietário de terras Carlos Manuel de Céspedes, e se estendeu até o ano de 1878. Os fatores que motivaram esse levante baseavam-se nos abusos cometidos pela administração espanhola, com destaque para a cobrança de taxas comerciais excessivas, a obstrução de reformas autonomistas, o crescimento das importações provenientes da Espanha e a política de favorecimentos destinada aos produtores de açúcar do oeste. Nesse sentido, Céspedes proclamou, em conjunto com outros proprietários de terras da porção leste de Cuba, a instauração de uma rebelião contra o domínio espanhol, atacando o povoado de Yara e dando o impulso necessário para a sublevação das províncias orientais de Camaguey e Las Villas.

A conjuntura de crise econômica e política enfrentada pela monarquia espanhola e o consequente destronamento de Isabel II, em 1868, seguido pela formação de um governo revolucionário conflitante, contribuiu sobremaneira para a organização e o desenvolvimento do movimento rebelde. Nesse ambiente, os insurgentes conseguiram um avanço territorial significativo, novas cidades e homens aderiam à causa e, em meados de 1870, haviam dominado grande parte das províncias orientais, mas esbarravam na resistência dos territórios ocidentais em aderir à revolução.

Essa era uma divisão tradicional em Cuba, pois o desenvolvimento econômico, político e social de cada porção territorial foi feito de forma desigual e motivou o desencontro de



interesses. O oeste era, desde a colonização, a área de maior investimento espanhol, com a concentração das principais cidades e portos e, conseqüentemente, com um maior fluxo comercial e de imigrantes provenientes da Espanha. Com um sistema econômico melhor estruturado, a região atraiu, no século XIX, os grandes produtores de açúcar interessados no potencial natural da ilha, assim como um forte investimento na construção de linhas férreas e do sistema telegráfico, integrando-se ao capitalismo global vigente no período. Essa aura de prosperidade levava essa região a resistir a qualquer levante separatista, pois, de acordo com Florestan Fernandes (2007, p. 61) os proprietários do Ocidente, moderados e pró-espanhóis, temiam o teor radical proposto pela revolução, principalmente “o temor pela bandeira da emancipação imediata da escravidão e, sobretudo, que o controle político-militar do movimento passasse fatalmente para os grupos sociais identificados com a pressão popular por uma revolução democrática.”

Na corrente oposta, a parte oriental da ilha não tinha recebido a mesma proporção de investimentos e passava por um atraso substancial. O predomínio das áreas montanhosas, dominadas por florestas inexploradas e com um clima excessivamente quente e úmido, dificultava a produção de açúcar, diminuindo o interesse e o investimento espanhol. Destacava-se nesse cenário a existência de uma maioria de pequenas propriedades, algumas baseadas na agricultura de subsistência e outras, no arrendamento. O trabalho livre era preponderante e a presença de escravos e peninsulares era inferior a existente no oeste. As poucas propriedades produtoras de açúcar não recebiam grandes incentivos da Espanha e sofriam com a política comercial de favorecimento em relação às grandes propriedades das províncias ocidentais, sendo obrigadas a complementarem sua produção com outros gêneros. Em decorrência desses fatores, a capacidade de mobilização revolucionária desta área era latente e contava ainda com a possibilidade de atacar a estrutura produtora de açúcar e outros gêneros sem sofrer grandes prejuízos comerciais. Assim, Céspedes e os demais proprietários mobilizaram grande parte da população oriental para o levante separatista, alguns emanciparam seus escravos e receberam o apoio dos trabalhadores chineses insatisfeitos com o desrespeito de seus contratos de trabalho. Dos setores populares, emergiram importantes líderes político-militares, como Máximo Gómez e Antonio Maceo, figuras que também tiveram papel fundamental na rebelião de 1895.



Apesar da crescente adesão popular, as orientações e objetivos do movimento revolucionário eram cercados por opiniões e objetivos díspares quanto ao nível de rompimento com a Espanha e em relação ao escravismo. Para além da regionalização e da indefinição de propósitos, a revolta se deparou com o agravamento militar de sua situação frente à resolução dos problemas internos da Espanha, por meio da Restauração Monárquica de 1874. A estabilização política da metrópole permitiu uma reorganização das forças militares e a implementação de uma manobra para enfraquecer a união entre os insurgentes, que promovia um sistema de compensação para aqueles que desistissem da luta. Tal ação atingiu um resultado satisfatório e parte dos revolucionários firmou com as autoridades espanholas o *Pacto de Zanjón*. O acordo previa anistia aos combatentes, reformas políticas voltadas para a constituição de um governo autônomo e a libertação dos escravos combatentes sem, contudo, tornar a ilha independente.

A despeito do fracasso, o primeiro movimento independentista contribuiu para o surgimento de algumas mudanças sociais, econômicas e políticas importantes para a sustentação da insatisfação acerca do domínio colonial e para a constituição de um novo levante revolucionário. O primeiro ponto a ser observado é o encaminhamento dado ao problema escravista. O *Pacto de Zanjón* previa a libertação de todos os escravos que haviam lutado tanto do lado rebelde como do lado espanhol, mas era impossível para a Espanha promover tal abolição sem prejudicar o andamento da produção de açúcar e outros gêneros comerciais. Dessa forma, iniciou uma emancipação gradual, da qual os primeiros contemplados foram os negros pertencentes ao exército revolucionário e aqueles que nasceram até 1810 ou depois de 1868, parcela pouco considerável da mão de obra existente em Cuba. A erradicação do sistema escravista desenvolveu-se lentamente e se concretizou apenas no ano de 1886. A transformação do trabalho escravo em uma atividade livre e assalariada permitiu aos libertos, mesmo de forma precária, uma integração social e o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento ao território cubano, aumentando sua motivação para lutar em uma rebelião futura.

Em segundo lugar, é necessário observar a mudança estrutural pela qual passou a produção açucareira cubana. No último quarto do século XIX, o açúcar proveniente da cana perdeu parte do seu mercado europeu em decorrência do crescimento da extração de açúcar de



beterraba. Nesse sentido, as perspectivas de aumento das exportações foram minadas. A renda concentrou-se ainda mais nas mãos de uma reduzida burguesia e a dependência comercial em relação aos Estados Unidos tornou-se aguda. Segundo Adrian Bantjes (1998, p. 120), “em 1894, 94% do açúcar cubano e 87% das demais exportações foram dirigidas para os Estados Unidos e apenas 6% do total das exportações foram destinadas para a Espanha.” Contudo, essa transição aumentou a vulnerabilidade cubana às flutuações da economia estadunidense, sobretudo nos períodos de crise, como no *crack* de 1893 e na promulgação do Wilson-Gorman Act em 1894, que submeteu a exportação de açúcar a pagamentos de tarifas de até 40%, anulando todos os acordos de reciprocidade firmados anteriormente.

A transformação na estrutura produtora afetou o ocidente e o oriente da ilha de forma distinta e exacerbou a profunda diferença entre as duas partes. Na porção leste, as pequenas propriedades ficaram devastadas e as dependentes do açúcar faliram ou foram reduzidas a uma existência marginal. A porção oeste, por sua vez, recebeu um considerável contingente de imigrantes espanhóis, contribuindo para o branqueamento da população e para o surgimento de novos pequenos produtores que investiam em produtos diversos e abasteciam as principais províncias da ilha.

As mudanças econômicas e sociais posteriores ao fracasso do primeiro movimento independentista promoveram a manutenção do descontentamento com a administração colonial espanhola. Entretanto, era necessária uma reorganização para que ele pudesse ser convertido em uma força preparada e aparelhada, com possibilidades de combater de forma eficiente o domínio espanhol. Assim, a reformulação dos ideais separatistas e o início da segunda guerra de independência centraram-se nas propostas de um grupo que mesclava veteranos da Guerra dos Dez Anos com uma nova geração de cubanos, entre os quais se destacava José Martí.

Desde muito jovem, Martí começou a dar mostras de um talento literário e de um ativismo político acentuado. Prontamente, abraçou o ideal independentista e, em 1869, fundou seu primeiro periódico, *Patria Libre*, que divulgava escritos favoráveis aos rebeldes. No mesmo ano, a apreensão de algumas de suas cartas o levou a ser preso e posteriormente exilado na Espanha. Sua permanência fora de Cuba lhe proporcionou uma amplitude de experiências e perspectivas que o ajudaram a lapidar o núcleo nacionalista de seu pensamento, ou seja,



aprofundando sua dedicação ao patriotismo de cunho democrático e com bases sólidas na ideia de progresso e humanitarismo.

Entre 1875 e 1880, Martí transitou por vários países da América Latina, como México, Guatemala e Venezuela, além de atuar como representante consular da Argentina, Uruguai e Paraguai. Essas pequenas passagens e contatos serviram para definir seu vínculo emocional e político com a América hispânica. Por fim, em 1881, fixou-se nos Estados Unidos, momento no qual aumentou sua produção literária e jornalística, ganhando o reconhecimento dos círculos intelectuais latino-americanos, e passou a empregar esforços para discutir e organizar um novo movimento de independência cubano. Essa construção se deu com base em dois aspectos essenciais do pensamento de José Martí: o latino-americanismo e o anti-imperialismo. A ameaça expansionista representada pelos Estados Unidos teve papel fundamental na evolução do seu pensamento e de sua crítica às ideologias definidas pela Doutrina Monroe e o Destino Manifesto. A Conferência de Washington em 1889 o alarmou ainda mais e desencadeou sua crítica veemente ao perigo representado pela ambição comercial dos norte-americanos para as repúblicas do continente. Segundo Martí (1980, p. 170),

(...) jamais houve na América, da independência para cá, assunto que requeira mais sensatez, que obrigue a maior vigilância, que peça exame mais claro e minucioso que o convite que os Estados Unidos, poderosos, repletos de produtos invendáveis e determinados a estender seus domínios pela América fazem às nações americanas de menor poder, ligadas pelo comércio livre e útil com os povos europeus, para coordenar uma liga contra a Europa e fechar negócios com o resto do mundo. Da tirania da Espanha soube salvar-se a América Espanhola; e agora, depois de ver com o criterioso olhar os antecedentes, causas e fatores do convite, urge dizer, porque é verdade, que chegou para a América espanhola a hora de declarar a sua segunda independência.

A partir de suas observações e experiências vividas nos países latino-americanos, Martí percebeu a existência de características comuns entre essas sociedades, o que tornou possível o vislumbre de uma identidade comum, além da existência de uma unidade de natureza geográfica, histórica e social, na qual Cuba estava inserida. Essa aparente unidade passou a ser defendida pelo cubano que evocava constantemente a identidade cultural e histórica, a qual adjectivou de *Nuestra América*. A América hispânica deveria libertar-se espiritualmente dos resquícios do colonialismo, tornando-se capaz de definir seu destino, sua autonomia e sua expressão própria. Movido pelos ideais de união continental e pelo temor do expansionismo



norte-americano, José Martí reforçou sua atuação na organização de um novo movimento revolucionário cubano, encontrando sérios problemas para unificar os diversos setores interessados em combater o domínio espanhol.

A fundação de uma estrutura política capaz de dirigir o processo de independência foi o ponto de inflexão na atividade proposta por Martí, pois, segundo José Rodrigues Mao Júnior (2007, p. 123), o cubano “compreendia que as tarefas a serem realizadas iam muito além da luta pela obtenção da independência propriamente dita, pois já antevia as necessidades e desafios da construção de uma república futura.” Dessa forma, em abril de 1892 foi oficialmente fundado o Partido Revolucionário Cubano (PRC), sendo José Martí eleito comissário. O PRC uniu-se aos diversos Clubes e Juntas revolucionárias e ficou responsável pela organização civil da guerra e arrecadação de fundos junto aos cubanos exilados para a compra e envio de armas aos combatentes na ilha. Assim, a constituição financeira e política para o desenvolvimento de uma nova investida estava consolidada e as alianças entre civis e militares foram costuradas da melhor maneira possível. O projeto de um novo levante separatista poderia, após dezessete anos de espera, ser colocado em prática.

O historiador cubano Manuel Moreno Fraginals (2005, p. 339) indica que a segunda guerra de independência cubana deve ser analisada “em três planos simultâneos, que conectados entre si, formam um só conjunto de inter-relações.” Dentro dessa perspectiva, o primeiro ponto a ser observado é a disputa dos setores civis pelo comando do PRC, importante para a definição de quem ficaria com o poder decisório sobre a orientação política da guerra e da interlocução com o governo da Espanha e dos Estados Unidos, situação que se tornou ainda mais pujante com a morte de Martí logo no início do conflito.

Em segundo lugar, encontrava-se a questão militar, não só pelo enfrentamento entre as tropas independentistas e espanholas, mas também pela restrição apresentada pelos líderes revolucionários em relação ao comando civil, revivendo desconfianças herdadas da Guerra dos Dez Anos. Em realidade, ao longo de boa parte do conflito, os líderes civis tiveram pouco controle sobre as ações militares, dirigidas por líderes carismáticos como Máximo Gómez, Antonio Maceo e Calixto Garcia. Eram figuras capazes de arrastar uma grande quantidade de seguidores encaminhando o conflito a uma evolução efetiva, sem levar em consideração as



opiniões, interesses e anseios das lideranças civis, instaladas nos Estados Unidos e distantes das dificuldades da guerra.

Por fim, a ocorrência de uma disputa diplomática e, posteriormente, militar entre Espanha e Estados Unidos, tendo os norte-americanos interesses políticos e econômicos na independência da ilha. Desde o processo de organização desse novo levante, Martí atentava para o perigo de uma possível ingerência norte-americana na vida cubana, pois a produção de açúcar seria afetada causando insatisfação nos investidores provenientes do país do norte. Temor que acabou por se concretizar em meados de 1898, quando um navio norte-americano, estacionado no porto de Havana, sofreu uma explosão e veio a pique, segundo acusações estadunidenses, por ação de forças militares espanholas. Assim, em nome do anticolonialismo e de uma hercúlea ação humanitária, os Estados Unidos declararam guerra e rapidamente venceram os espanhóis nos territórios coloniais de Cuba e das Filipinas. Apesar da justificativa altruísta, as reais intenções eram a manutenção e alimentação da crescente expansão comercial de sua produção industrial, a garantia de desfrutar da posição geográfica privilegiada da ilha e satisfazer as pressões internas de uma opinião pública exaltada. Iniciou-se, assim, a independência tutelada de Cuba, obrigada a inserir em sua nova Constituição a Emenda Platt, que consagrava o princípio de intervenção legal do governo dos Estados Unidos nos assuntos internos da ilha quando julgassem necessário restabelecer os caminhos da civilidade.

Esse panorama geral poderá ser observado de forma intensa nas discussões propostas pelo periódico brasileiro e serviram de base para análises profundas sobre a situação da ilha e de todos os personagens envolvidos no conflito.

O processo de independência cubana sob a perspectiva de *O Estado de S. Paulo*.

A República brasileira nasceu sob a égide da solidariedade americana marcada por uma antinomia ao europeísmo com o qual a Monarquia se identificou ao longo do século XIX. Foi nesse ambiente de solidariedade continental que o movimento de independência cubana chegou



ao Brasil e permeou as análises desenvolvidas pelo periódico, que procurava enfatizar a vitória inevitável de um movimento de espírito essencialmente americano:

(...) nós americanos, não podemos deixar de ver com irresistível simpatia os revolucionários cubanos.

Há uns pedaços da América que ainda não são americanos. Habita-os gente que, através dos cruzamentos tem nas veias o sangue das tribos primeiras que ali nasceram e viveram livres e independentes.

A sua história é muito mais curta, muito mais ingênua, muito mais simples e a página negra dessa história é o domínio estrangeiro, é o branco europeu que lhe ofereceu a cultura por processos que indignam (...). A sua aspiração consiste em volver os olhos ao redor, por este vasto continente novo, que foi libertando-se aos poucos dos que o invadiram, o exploraram, o civilizaram, é certo, mas tomaram conta dele em seu proveito, e verificar que só restam uns pedaços que ainda estão presos aos conquistadores, como se sobre eles passasse uma incapacidade de autonomia, contra a qual eles protestam.

Não é mais do que isto. Não chega a ser ódio, é o desejo que tem esse canto da América de ser também americano. Todo o Rio da Prata foi espanhol, e é na língua de Cervantes que se exprimem as nações cultas que hoje aí prosperam, a tradição espanhola, é hoje reivindicada por ela como o ponto de partida de sua própria história, pois que não são mais que filhos da grande família que se dispersaram pelo mundo, mas conservaram sempre viva a saudades do lar.

Não assim onde a Espanha ainda domina. Ali não se olha para lá como um pai, mas como para um senhor, esta ideia não pode deixar de repugnar a um povo americano.
(Cuba, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 01, 22 de jul. de 1895, grifos nossos)

Podemos observar algumas questões interessantes sobre o posicionamento que norteará o jornal paulista em suas análises sobre o conflito em Cuba. A defesa dos ideais separatistas é fortemente baseado na teoria da autodeterminação dos povos, ou seja, no direito de cada povo ou nação escolher livremente seu futuro político, constituir sua própria história, voltada para o continente ao qual pertence e, sobretudo, longe das amarras de um sistema exclusivamente exploratório. Além disso, podemos observar uma forte tendência americanista no discurso do periódico. Os trechos destacados em itálico permitem notar que Cuba passou a compor o campo da propaganda solidariedade americana, adotada pelo governo brasileiro e, ao que parece, seguida também pelo *Estado de S. Paulo*. Os cubanos tinham o direito de serem independentes e de integrarem efetivamente o continente americano, constituírem seu destino e livrarem-se das imposições políticas, econômicas e culturais da Espanha.

O periódico manteve esse americanismo ao longo do período analisado e conclamava aos governos do continente, incluindo o brasileiro, a demonstrarem sua simpatia à causa de um povo legitimamente americano. Encontrou na diplomacia estadunidense uma política que se



aproximava, de certa maneira, da realização dos objetivos propagados pelo jornal. Mesmo resistindo a uma intervenção armada, o governo Grover Cleveland utilizou seu aparato diplomático para pressionar o governo espanhol a solucionar rapidamente o conflito. Essa ação foi registrada pelo periódico por meio de um artigo nos seguintes termos:

A atitude firme e enérgica que o ilustre presidente dos Estados Unidos acaba de assumir, pondo em vigor a célebre Doutrina de Monroe em favor de uma fraquíssima nação da América não pode deixar de ser entusiasticamente aplaudida por todos os filhos deste continente.

Nós aplaudimos sem reservas, e mais uma vez nos felicitamos por se ter operado em nossa pátria salutar transformação política, em virtude da qual já o nosso governo pôde manifestar sem embaraços, a simpatia de todo o povo brasileiro pela nobre iniciativa da grande república do norte.

Não nos iludimos. Os Estados Unidos, defendendo os interesses dos países fracos deste continente, defendem também os seus próprios interesses.

Isso, porém, não prejudica de maneira alguma a grandeza de sua oportuna intervenção, nem pode determinar prevenções no modo por que a devemos acolher.

Seja qual for o fim da atual política norte-americana, ele nunca nos poderá ser tão antipático e tão hostil como a ganância desenfreada que caracteriza, neste triste fim de século, a ameaçadora política externa da velha Europa. (Os Estados Unidos, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 01, 21 de dez. de 1895)

O apoio contundente à atuação diplomática dos Estados Unidos pode ser explicado, em grande medida, pela orientação política do periódico que via nas instituições liberais norte-americanas um exemplo de experiência governamental bem sucedida a ser seguida no Brasil. Não podemos perder de vista também a crescente presença dos Estados Unidos na política e economia brasileiras do período o que pode ter contribuído para influenciar a postura do jornal.

No entanto, o ponto de maior relevância era a clareza com que *O Estado de S. Paulo* tratava a questão da motivação norte-americana para intervir em Cuba. Apesar do caráter americanista demonstrado, imperava a análise pragmática dos acontecimentos, ou seja, dificilmente qualquer país interviria em um conflito colonial se não tivesse interesses próprios com a derrota de um dos lados, ou ao menos com a pacificação dos contendores. Assim, os interesses e motivos norte-americanos para a intervenção eram perfeitamente justos aos olhos do periódico, desde que permitissem a Cuba alcançar a sua independência. Além disso, a prática norte-americana até aquele momento seguia um caminho oposto à concorrência imperialista vigente na Europa, que objetivava a expansão de seu mercado mediante a dominação e divisão



de territórios, implantando um sistema colonial tradicional, cerceando a liberdade dos povos conquistados.

Já em fins de 1895, surgiram algumas notas, veiculadas por diversos periódicos, que atestavam a intenção do governo brasileiro em reconhecer a beligerância aos cubanos. Em realidade, ocorreram discussões na Câmara dos Deputados motivadas pela simpatia aos objetivos do movimento. Sobre essa possibilidade, contudo, foi abandonada em prol de uma tentativa de neutralidade frente ao conflito e da manutenção das boas relações com a Espanha. O país europeu já olhava as atitudes brasileiras com suspeição desde que este assumiu uma postura contrária ao alistamento de espanhóis que viviam no Brasil e que tinham, por opção ou de forma compulsória, assumido a nacionalidade brasileira pela política da “Grande Naturalização”⁵.

A despeito da postura neutral assumida pelo governo, manifestações individuais ou de grupos políticos e sociais não deixaram de apoiar ativamente a independência. A seção *Os Nossos Telegramas* tornou pública uma suposta correspondência enviada pelo líder revolucionário Antonio Maceo a um apoiador do Rio de Janeiro, agradecendo as ofertas de homens e dinheiro para auxiliar a revolta:

(...) damos publicidade à seguinte carta que o general Antonio Maceo dirigiu a um seu amigo do Rio de Janeiro.
Quartel general, em Caney, 28 de setembro de 1895.
Meu bom e estimado amigo.
Mil agradecimentos por vosso generoso oferecimento. Não precisamos de homens, nem dinheiro, precisamos sim de simpatias e muita.
Vou aproveitar-me de vossa boa vontade, sem hesitação, quando houver disto necessidade fazê-lo.
Estou contentíssimo em saber que em todas as partes, há perfeita harmonia de pensamento e unidade de ação. (Os Nossos Telegramas, *O Estado S. Paulo*, p. 01, 05 de nov. de 1895)

Parte da sociedade também recebeu o movimento revolucionário de forma ativa, com a organização de grupos que discutiam formas de estender o apoio brasileiro à causa cubana. Um

⁵ Essa possibilidade era garantida pelo item 4º do artigo 69 da Constituição, que previa a naturalização daqueles que se encontravam no Brasil em 15 de novembro de 1889 e que não declarassem o desejo de conservar sua nacionalidade de origem. Essa lei suscitou protestos de diversos países que a consideravam arbitrária, pois a mudança de nacionalidade deveria ser consequência de uma ação voluntária e não de uma imposição. Cf. BUENO, 1995, p. 150.



exemplo marcante foi o Comitê Pró-Cuba de São Paulo, acompanhado de perto pelo periódico paulista.

A Revolução de Cuba que, na frase feliz de um dos oradores de ontem, é hoje o assunto magno da política europeia, tem despertado em todas as classes do nosso povo uma simpatia enorme, um interesse digno de máximo louvor.

Bastou um convite assinado por três cidadãos e espalhado pela cidade, para reunir no teatro S. José, numa hora dedicada aos passeios dominicais e aos prazeres do esporte, a flor da nossa mocidade, grande número de operários, distintas famílias e respeitáveis cidadãos, e abraça-los todos em um complexo fremente de civismo.

O convite vinha assinado pelos Srs. Muniz de Souza, Azevedo Cruz e Manoel Alvarenga.

O primeiro orador foi o Sr. Azevedo Cruz, o vate das ideias jacobinas. No seu discurso vibrante, pronunciado com voz forte e quente, ele explicou com robustez de argumentos o direito sagrado que assiste os revoltosos de Cuba, desenvolveu a grandeza antilhana que se ostenta na luta impar entre a potência colossal da Espanha com seus noventa milhões de habitantes e a inferioridade numérica e a fraqueza militar de Cuba com seus dois milhões. (Meeting Pró-Cuba, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 01, 11 de nov. de 1895)

Prosseguia com a descrição de um novo encontro no dia 16 de novembro:

Como anunciamos em o nosso número de ontem entre o primeiro e o segundo ato do espetáculo do teatro S. José, apresentou-se, num camarote de primeira ordem o Dr. Azevedo Cruz, membro do comitê organizado em favor da revolução de Cuba, e pronunciou um notabilíssimo discurso em que vibrou toda a sua bela alma de artista e de patriota.

Disse que não podia unir-se inteiramente ao jubilo do povo brasileiro na data gloriosa em que nossa nacionalidade entrou definitivamente no seu período histórico, sem lembrar que há ainda um povo americano, dominado pela opressão europeia, que reclama com as armas na mão o direito de ser uma nação livre e emancipada.

Aludia a Cuba; e como republicano na mesma hora em que uma tentativa estulta, pretende, por meio de uma reação contrária a toda a tendência evolutiva da história, fazer retroceder o Brasil ao ponto em que estava sobre o Império de um velho sem energia e de uma senhora sugestionada por um príncipe estrangeiro ganancioso e egoísta; convidava o povo paulista a não se esquecer, no meio das alegrias do sexto aniversário da República, que há outro povo americano que luta contra o domínio estrangeiro em nome da liberdade da democracia, em favor de Cuba, pois, invocou o apoio do povo paulista. (Pró-Cuba, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 de nov. de 1895, grifo nosso)



O Comitê Pró-Cubano de São Paulo estava alicerçado em uma forte base jacobina⁶, a exemplo da participação de Azevedo Cruz, um dos principais organizadores dos *meetings* e manifestações desse grupo que radicalizava a política nos primeiros anos da República. (QUEIROZ, 1986, p. 38) Além disso, é possível perceber nos discursos inúmeras características marcantes da constituição ideológica dos jacobinos, como o nacionalismo xenofóbico e essencialmente republicano e a forte aversão aos europeus. A Europa era, em consequência, vista como gestora de políticas contrárias à evolução de suas antigas colônias e dela provieram os portugueses e espanhóis que historicamente “emporcalhavam o ambiente diáfano e puríssimo de nossa adorada Pátria”. (QUEIROZ, 1986, p. 99)

Contudo, nesse virulento nacionalismo étnico, havia um curioso abrandamento em relação aos Estados Unidos, principalmente pela defesa da proposição monroísta de que a América deveria ser restrita aos americanos. (QUEIROZ, 1986, p. 106) A aproximação com os estadunidenses se fazia, logicamente, por oposição à Europa e abria espaço para a política de integração americana ser reconhecida como um princípio social e político que levaria o continente a iniciar um progresso econômico e administrativo forte o suficiente para se defender das novas tentativas de dominação europeia. Dessa forma, a ideia de uma América para os americanos originou, para os jacobinos, a ideia de que o Brasil deveria ser unicamente dos brasileiros, assim como Cuba precisava pertencer somente aos cubanos.

Ao buscarmos uma comparação com os outros países da América Latina será possível perceber uma tendência diferente da apresentada por setores da opinião pública brasileira, e também do governo, em relação ao movimento independentista. O enfraquecimento político e econômico da Espanha ao longo do século XIX levou suas antigas colônias a não temerem a

⁶ De acordo com Queiroz (1986, p. 18), o jacobinismo emerge de forma mais clara no decorrer da Revolta da Armada como base de apoio ao conturbado governo de Floriano Peixoto. O pensamento jacobino baseava-se em um nacionalismo radical e na defesa da República como forma única de governo. Contudo, esse sistema republicano deveria ser autoritário e militarista, capaz de refrear as aspirações de um retorno Monarquista e de uma entrada maciça de imigrantes no país, demonstrando uma aversão ao elemento estrangeiro, sobretudo em relação aos portugueses. Os principais meios de manifestação dos jacobinos eram a imprensa, com destaque para os periódicos *O Jacobino* e *O Nacional*, e a promoção de *meetings* e comícios. A linguagem abusiva e a violência também eram ferramentas válidas e recorrentes na defesa da República. Exemplos marcantes dessa postura foram os ataques à redação de alguns jornais de oposição ao governo de Floriano Peixoto e a tentativa de assassinato cometida contra o presidente Prudente de Moraes. Em suma, segundo Queiroz (1986, p. 127-128), o objetivo jacobino era a formação de um “Estado republicano, nacionalista, voltado para as próprias fronteiras e conduzido por um governo forte e militarista.”



possibilidade de uma tentativa de recolonização. Pelo contrário, iniciava-se um movimento intelectual e cultural, denominado, posteriormente, como hispanismo, que constituiria uma grande família hispânica, tendo a Espanha como “Pátria Mãe” ou “Pátria Espiritual”. Claramente, esse movimento também surgia como forma de resistência a outras correntes ideológicas, com destaque para a crescente influência exercida pelos Estados Unidos no continente americano.

Nessa perspectiva, o caso argentino é dos mais representativos. O país platino abrigava uma quantidade considerável de espanhóis, acentuada com o movimento migratório da década de 1880, o que, conseqüentemente, contribuiu para fortalecer os laços com a antiga metrópole e, por fim, gerar uma forte desconfiança e resistência às ingerências norte-americanas na política e economia dos países latino-americanos. Norma Dolores Riquelme (1998, p. 97) apresenta um interessante panorama dessa situação:

En la Argentina, los medios de difusión de la época otorgaron notoria transcendencia a este tema [a guerra de independencia cubana], imprimiéndole así un carácter marcadamente popular. Pero además, debemos tener en cuenta que, entre las colectividades de inmigrantes presentes en la Argentina, que en términos numéricos alcanzaba a 1.004.527 personas según el censo de 1895, la española era numerosa y de peso, frente a otras colectividades ella contaba con la ventaja del idioma y, para fines del siglo decimonónico, algunos ya habían alcanzado posiciones destacadas dentro de la sociedad local. Es obvio que ella tenía sobrados motivos para seguir los sucesos de cerca.

Apenas iniciada la guerra, dicha colectividad se declaró abiertamente a favor de la Península, efectuando diversas manifestaciones con el fin de convencer a los connacionales más remisos, así como el resto de la población, de lo justo de su posición. Utilizaron dos vías: una el *Correo Español*, periódico destinado a los sectores más intelectualizados y, otra, las romerías, pensadas para concitar el entusiasmo popular (...).

A grande quantidade de espanhóis residentes na Argentina movimentou-se de forma rápida por meio de suas associações e veículos de comunicação para apoiar a Espanha, recolher fundos e influenciar a população argentina a assumir uma postura favorável à situação da península. Essa mobilização se radicalizou no ano de 1898, com a entrada dos Estados Unidos na guerra, momento no qual argentinos e espanhóis emigrados se uniram para criticar e resistir ao nascente imperialismo norte-americano. A opinião pública da Argentina se mobilizou e suas diversas associações provinciais passaram a contribuir com fundos próprios e coletas públicas,



além de organizarem conferências e palestras que visavam defender os interesses espanhóis na ilha.

Em 24 de fevereiro de 1896 a guerra em Cuba completava seu primeiro ano. As tropas revoltosas haviam obtido grande avanço, o governo espanhol promoveu trocas no comando militar e assumiu um radicalismo no combate aos insurgentes instituindo a política de *reconcentración*⁷. Em função dessa data simbólica, *O Estado de S. Paulo* iniciou uma série de matérias “para homenagear o valor e o patriotismo dos valentes revolucionários que não se adaptam, no solo americano, a suportar o domínio europeu.” (A Revolução Cubana, *O Estado de S. Paulo*, p. 01, 24 de fev. de 1896) Entre os dias 24 e 29 de fevereiro, o centro da primeira página foi tomada pelo título *A Revolução Cubana*, acompanhado pela imagem de dois revolucionários, com uma pequena biografia de cada um e a transcrição de alguns acontecimentos importantes do primeiro ano de insurgência. Causa bastante interesse observar que a utilização de imagens, com exceção dos anúncios, era prática incomum nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, o que aumentava sobremaneira a importância dessas matérias e do interesse apresentado pelo periódico em divulgar os feitos dos rebeldes.

No ano de 1897, dois fatores foram relevantes para alterar os rumos dos acontecimentos em Cuba. Em primeiro lugar, destacamos a eleição do republicano Willian McKinley à presidência dos Estados Unidos, causando grande apreensão ao governo espanhol, que temia a quebra da neutralidade assumida pelo governo anterior e a implementação de uma ação mais enérgica para a situação cubana. Contudo, as expectativas se mostraram exageradas, pois o governo McKinley optou por dar continuidade às boas relações com a Espanha e às negociações diplomáticas, repudiando qualquer possibilidade de guerra ou intervenção nos negócios da ilha. *O Estado de S. Paulo* absorveu essa notícia com grande decepção, alterando a visão positiva em relação aos estadunidenses:

⁷ O comando militar espanhol considerava que a chave para a vitória estava na separação entre o exército rebelde e sua rede de informações, constituída por parte da população civil. Assim, iniciou-se um processo de transferência forçada dos civis para cidades ou povoados controlados por tropas espanholas, prevendo também a eliminação ou confisco das plantações e do gado dessa população e seu aproveitamento como mão de obra na agricultura. Estimase que mais de quinhentos mil cubanos foram mantidos nesse sistema de concentração entre os anos de 1896 e 1897, com um índice de mortalidade de aproximadamente 25%.



Todo apoio que se supunha seria prestado pelos norte-americanos se limitou ao platonismo da solidariedade afirmada nos *meetings* e nos discursos parlamentares. No que se refere às sanções diplomáticas, com que os cubanos estão contando há um ano e meio, está hoje no ponto em que então estava: o governo conserva-se neutro e mantém expressamente relações de amizade com a Espanha. (...)

Politicamente e economicamente a tendência norte-americana é isolar-se; e se a impossibilidade material de realizar essa aspiração se patenteia invencível na questão econômica, o norte-americano apreendeu esse óbice, teve o espírito prático suficiente para transformar em americanismo continental o seu americanismo, de que estavam excluídas todas as nações restantes da América.

Na questão cubana esse caráter revelou-se com toda a sua repulsiva brutalidade. Os irmãos cubanos para os quais se pedia a liberdade desapareceram; mas surgiu então o interesse norte-americano a salvaguardar, e apareceram os cidadãos norte-americanos que reclamavam. (...)

Sob a ilusão de que os Estados Unidos auxiliariam politicamente a formação da República de Cuba, os cubanos se entregaram a meia dúzia de capitalistas, cuja dedicação foi fartamente compensada com as especulações do açúcar, e ficaram à espera do auxílio do governo de Washington. (Os Nossos Telegramas, *O Estado de S. Paulo*, p. 01, 21 de jun. de 1897)

O segundo ponto de inflexão a ser observado foi a morte do chefe de gabinete espanhol, o conservador Cánovas Del Castillo, assassinado a tiros por um anarquista italiano, que modificou os rumos da política espanhola. O conseqüente retorno do Partido Liberal ao comando da política espanhola e sua suscetibilidade às pressões e interesses norte-americanos levaram o governo a determinar a implementação de reformas autonomistas⁸ em Cuba, no intuito de finalizar os conflitos e ainda manter algum controle sobre a ilha. O periódico colocou-se em oposição a tais medidas e aproveitou o ensejo para fazer novas críticas aos Estados Unidos e à Espanha:

A grande dificuldade está precisamente em conciliar o ponto de vista espanhol com as aspirações dos naturais da Grande Antilha.

A insurreição é separatista, não se contenta com a autonomia mesmo que ela fosse pautada pelo regime em que vive o domínio do Canadá.

Os insurretos afirmam que só aceitarão uma negociação baseada na concessão da independência na ilha de Cuba.

(...) Ora, compreende-se bem que não seria para os insurretos vantajosa essa solução.

Em vez de obterem a emancipação ficariam sujeitos a uma das duas hipóteses seguintes: ou a Espanha entra em um acordo com o governo de Washington e a

⁸ Entre as principais mudanças que o regime traria, podemos citar a implementação do sufrágio universal; a formação de um parlamento local dividido em duas câmaras, a primeira seria eleita de forma livre e com mandatos de cinco anos, já a segunda seria, em parte, designada pelo capitão geral da ilha; criação de poderes locais que seriam ocupados por cubanos, excetuando-se as questões de ordem pública e dos assuntos estrangeiros. Basicamente, as reformas reproduziam uma versão da Constituição espanhola de 1876. Cf. THOMAS, 1973, p. 462.



revolução é esmagada a troca de favores ao comércio norte-americano; ou a Espanha e os Estados Unidos tomam Cuba para teatro de guerra, cujo desfecho inevitável seria a anexação da ilha aos Estados Unidos ou a permanência de Cuba como colônia. (Os Nossos Telegramas, *O Estado de S. Paulo*, p. 01, 08 de out. de 1897)

Em janeiro de 1898, o governo autônômico de Cuba começou a ser organizado, assim como suas bases de funcionamento, visando à constituição das eleições a serem realizadas em maio e que elegeriam os novos comandantes da política insular. Mas, ao contrário das expectativas espanholas, a solução autonomista agravou ainda mais as desavenças no seio da sociedade cubana. Autonomistas, espanhóis e pró-espanhóis, adeptos da revolução, setores neutros e os representantes dos Estados Unidos encontravam-se em um constante estado de discordância, gerando acaloradas discussões e ações virulentas contra os órgãos de imprensa de orientações diversas. Envolto por esse ambiente, o cônsul americano em Cuba, general Fitzhugh Lee, considerava necessário que o governo enviasse uma esquadra para ali com o intuito de proteger os interesses e as propriedades dos cidadãos norte-americanos.

Após o recebimento de diversos cabogramas narrando as excitações e incertezas que predominavam por toda a parte, McKinley decidiu deslocar o couraçado *Maine* para o porto de Havana. O navio aportou em 25 de janeiro e provocou uma profusão de notas e especulações na imprensa mundial. *O Estado de S. Paulo* fez uma análise negativa da adoção do sistema autonomista e da chegada do navio ao porto de Cuba:

Diante da transformação profunda que se acaba de operar nas relações da Espanha com os Estados Unidos, pode-se afirmar que a revolução separatista da ilha de Cuba entrou na agonia por falta de recursos.

A insurreição limitada a um campo estreito, definhará à medida que lhe faleceram as munições e os auxílios de homens e de dinheiro, que os comitês instalados nos Estados Unidos enviavam para Cuba.

Ao passo que os conservadores consideravam necessária a política de hostilidade aos Estados Unidos como uma satisfação ao amor próprio do povo espanhol, os liberais entendem que o patriotismo é um sentimento que não pode lesar os interesses da pátria e que, pelo contrário, para salvar esses mesmos interesses, esse sentimento tem de se subordinar à razão fria, à implacável lógica dos fatos.

O patriotismo das ruas, ao saber que o couraçado *Maine* estava em Cuba, bradou: às armas!

Basta refletir um momento sobre o desânimo que os partidários de Cuba terão nos Estados Unidos quando virem ali cordialmente acolhida a marinha espanhola, para nos convenceremos do alcance da política espanhola para a solução do problema cubano (...).

A causa de Cuba está positivamente perdida. (Os Nossos Telegramas, *O Estado de S. Paulo*, p. 01, 29 de jan. de 1898)



Mediante um julgamento apressado sobre o futuro do governo autonomista e a manutenção das boas relações entre espanhóis e estadunidenses, o jornal paulista considerava que, inevitavelmente, a revolução estava condenada. Obviamente, devemos levar em consideração as limitações que as opiniões dadas no decorrer dos acontecimentos possuem, mas o periódico deixava de observar o quão nebulosa estava à situação. As relações chamadas de cordiais estavam longe desse caráter, pois tanto a população dos Estados Unidos quanto a da Espanha ainda mantinham um fervilhar de opiniões e insatisfações com o transcorrer dos acontecimentos e os setores políticos representados pelos *jingoistas*⁹ e republicanos exaltados do lado norte-americano e pelos conservadores, republicanos e carlistas¹⁰ do lado espanhol não permitiam um acordo efetivo. As medidas táticas frias e calculistas assumidas pelo governo espanhol eram, em boa medida, motivadas pelo caos político e social existente na Espanha e pelo temor de que a situação se agravasse com uma possível intervenção estadunidense. Nesse sentido, a consideração precipitada de que a revolta estava condenada e as relações entre os países eram, dentro das possibilidades, as melhores possíveis demonstravam uma análise essencialmente pessimista.

Poucos dias após aportar em Havana, o navio norte-americano explodiu repentinamente causando a morte de 266 dos 345 tripulantes. Além de uma tragédia humana, a destruição do navio provou ser um desastre diplomático de grandes consequências. A ideia da perfídia espanhola penetrou na opinião pública estadunidense; Theodore Roosevelt, juntamente com os demais *jingoistas*, espalhava nos círculos políticos a certeza do envolvimento espanhol no ocorrido e os jornais sensacionalistas dedicavam inúmeras páginas à “traição” da Espanha. O periódico brasileiro demorou alguns dias para se manifestar, mas colocou-se, novamente,

⁹ Os jingoístas eram um grupo que pregava uma política externa agressiva, belicosa e ultranacionalista que tinha por missão dominar e civilizar sociedades consideradas inferiores. Tiravam sua base ideológica das ideias empregadas no Destino Manifesto e no darwinismo social. Foi popularizada e difundida nas falas de Theodore Roosevelt em fins da década de 1890 em decorrência do envolvimento norte-americano na independência cubana.

¹⁰ Nos últimos anos de reinado de Fernando VII, na década de 1830, surgiu uma corrente ideológica e política na Espanha de caráter católico-conservador, tradicionalista e antiliberal, que defendia a restauração do absolutismo monárquico e preconizava a subida ao trono de um ramo alternativo da dinastia Bourbon – mais precisamente de D. Carlos, irmão de Fernando VII. Esse grupo, denominado Carlista, promoveu uma série de revoltas internas na Península Ibérica entre as décadas de 1830 e 1870 contra o regime liberal imposto pelo reinado de Isabel II, filha e sucessora de Fernando VII.



contrário aos Estados Unidos e à inflamada opinião pública desse país. Mostrou-se cauteloso e reticente em acreditar que a Espanha tivesse atacado o corajoso norte-americano, pois tal ação opunha-se aos desejos espanhóis de não agravar a situação diplomática com os norte-americanos, além de considerar que as acusações estadunidenses não possuíam base comprobatória:

O desastre do *Maine* não pode logicamente ser atribuído ao governo espanhol. O absurdo de tal hipótese deriva das próprias conveniências da Espanha, que não pode desejar aumentar as dificuldades atuais e que, no caso espantoso de querer a guerra, era natural que a declarasse e não fingisse pesar pelo desastre nem enviasse um novo plenipotenciário para Washington.

De ambas as partes a questão inicial foi esquecida. Cuba, que foi o ponto de partida, passa a um plano secundário; o problema da sua independência não é estabelecido pelos norte-americanos, nem a obra da pacificação, começada com o decreto de autonomia, é objeto das atenções dos espanhóis.

O conflito hispano-americano está apenas desenhado, ainda não é uma realidade. Mas, nas condições atuais é lícito duvidar de que, dado o conflito, Cuba se torne independente. A vitória dos Estados Unidos representaria a sua anexação a grande República e da Espanha seria a paz efêmera, por que, mesmo nessa hipótese pouco provável, os norte-americanos preparariam, em curto prazo, uma nova revolução.

É a ilha de Cuba que está sendo prejudicada, afinal de contas, por que para ela a felicidade só pode consistir na paz, autônoma como querem os espanhóis, ou independente, como querem os revolucionários. (Os Nossos Telegramas, *O Estado de S. Paulo*, p. 01, 06 de fev. de 1898)

Alguns dias depois, o jornal manteve sua postura de não aceitar a responsabilidade espanhola acerca da destruição do navio. Surgiram novas críticas ao governo e à opinião pública estadunidense que, segundo o jornal, buscavam um pretexto para iniciar um conflito com a Espanha e uma futura anexação do território cubano:

O procedimento da Espanha, durante a guerra, tem um relevo de amor próprio tamanho, que só por lamentável preciosismo se lhe atribuirá à responsabilidade de um crime tão odioso e infame como seria o de ter feito saltar o *Maine*.

É inadmissível que a Espanha descesse a esse ponto. Isso equivaleria a desfazer num momento todo o trabalho de anos de dificuldades suportadas com heroica fé; seria apagar a refulgente resistência, em que o povo espanhol demonstrou uma formidável coesão e uma solidariedade de sentimentos que só possui uma nação que tem a compreensão do seu destino e conta com energias para cumprir a sua missão (...)

E se o ódio à Espanha tiver cegado os norte-americanos a ponto de a julgarem pela explosão, será forçoso reconhecer que os protestos de neutralidade e as intenções pacíficas até agora manifestadas encobriam o propósito de forjar um *casus belli* e o desejo de estabelecer a necessidade de intervir em Cuba.



Se assim for, o caso do *Maine* é um pretexto para a intervenção e os Estados Unidos encontram nessa triste catástrofe o que procuram há muito tempo alguns dos seus mais ardentes parlamentares. É uma oportunidade para anexar Cuba pela conquista. A sorte de Cuba, devastada e arruinada pelas revoluções, é sair de um para outro jugo. (Os Nossos Telegramas, *O Estado de S. Paulo*, p. 01, 25 de fev. de 1898)

Podemos perceber uma análise interessante sobre a situação deflagrada pelo *Maine*. Mas, antes de discutirmos esses exames, julgamos importante observar como o ponto central das discussões, a independência de Cuba, assumiu um papel secundário nas páginas do periódico. Essa situação se refletia nas notas telegráficas, nos artigos e nas matérias veiculadas, pois se discutia apenas as relações entre Estados Unidos e Espanha, os desacordos diplomáticos e as possibilidades de uma guerra. Pouco era dito sobre as ações militares desenvolvidas pelos insurgentes ou pelo exército espanhol, sobre a devastação da ilha ou a situação deplorável da população civil. A independência ficava cada vez mais distante de ser alcançada, pois o resultado natural de um conflito entre espanhóis e estadunidenses seria a continuidade de um sistema exploratório.

Observa-se também a manutenção e o recrudescimento das críticas feitas aos Estados Unidos pelo *Estado de S. Paulo*. Em 1895, a defesa de uma ação estadunidense em Cuba foi propagada e defendida pelo jornal paulista com base na solidariedade americana. Os interesses comerciais norte-americanos existiam e eram aceitos, na medida em que seriam utilizados para permitir a libertação de um povo privado constantemente de sua soberania. Uma política na qual os fins justificavam os meios a serem utilizados. Entretanto, a recusa estadunidense em reconhecer os cubanos como beligerantes ou promover uma ação definitiva contra a Espanha para libertar a ilha, começaram a modificar a visão do periódico. Essa situação agravou-se com o imobilismo inicial assumido pelo presidente McKinley e pelo recuo frente à implantação das reformas autonomistas, acentuando o julgamento de que os interesses *yankees* não seriam utilizados para forçar a independência de Cuba, mas apenas para locupletar as especulações comerciais, o sistema de exploração do açúcar e satisfazer as pressões da opinião pública. Assim, deplorava-se a atuação dos Estados Unidos no incidente com seu navio e, mais ainda, a utilização de tal fato para justificar uma intervenção armada que, possivelmente colocaria Cuba sob o jugo de uma nova potência. A inversão radical da postura do periódico em relação ao seu



antigo modelo de experiência republicana e liberal destaca-se, sobretudo, quando a folha passou a defender, no caso específico do *Maine*, a atitude espanhola.

Após as investigações norte-americana e espanhola acerca dos motivos que levaram o *Maine* a afundar, instaurou-se um forte sentimento, de ambos os lados, favorável ao conflito armado. Declarando que as condições em Cuba constituíam uma ameaça constante à paz, em 11 de abril, McKinley enviou sua mensagem de guerra ao Congresso, insistindo, em nome da humanidade, da civilização e em prol dos interesses americanos ameaçados, no direito de agir. Solicitou o poder de usar as forças militares para assegurar o término das hostilidades. O Congresso debateu o assunto e chegou a uma complexa resolução conjunta autorizando o presidente a desalojar os espanhóis. No dia 13 de abril, um telegrama reproduziu na íntegra a mensagem do presidente norte-americano ao Congresso:

Desde o começo da atual revolução em 1895, o nosso país tem visto o fértil território situado às nossas portas, arrasado a ferro e fogo em uma luta nunca igualada nessa ilha.

O nosso povo vê agora uma comunidade antes próspera reduzida à fome. Os campos de Cuba são destruídos assim como os seus engenhos (...)

O ministro espanhol prometeu ao general Woodford, ministro dos Estados Unidos em Madrid, ampliar a autonomia e melhorar também por meios mais humanos, a direção das hostilidades dando liberdades aos cidadãos norte-americanos e outros. Mas, durante essas negociações a miséria e a mortalidade crescente reclamaram a atenção do governo americano.

Não creio oportuno nem prudente reconhecer a beligerância nem a independência; não falo tão pouco de uma anexação conseguida pela força, pois que a minha opinião já conhecida não mudou nunca. Uma intervenção armada dos Estados Unidos, como nação neutral, para pôr fim à guerra, obedecendo aos sentimentos de humanidade e que se basearia em muitos precedentes históricos, seria justificável por fundamentos racionais, especialmente sendo a situação atual de Cuba uma ameaça constante para nossa paz. (...)

Em todo o caso a destruição do *Maine* por qualquer causa é prova evidente de que o atual estado de coisas em Cuba se torna verdadeiramente intolerável. (Telegramas, *O Estado de S. Paulo*, p. 02, 12 de abr. de 1898)

A mensagem de McKinley demonstrava todos os elementos que vinham sendo discutidos nas páginas do periódico nos primeiros meses de 1898. A aparente defesa do humanitarismo, os interesses do comércio e da geografia cubana, o não reconhecimento da beligerância e a utilização do *Maine* como justificativa para uma intervenção armada. Um *ultimatum* foi enviado para a Espanha e seus termos foram prontamente recusados. A assinatura da resolução aprovada pelo Congresso estadunidense foi considerada pelos espanhóis como



uma declaração informal de guerra. Na esteira dos acontecimentos, em 25 de abril, os países romperam relações diplomáticas e a guerra foi declarada oficialmente.

O *Estado de S. Paulo* posicionou-se contrariamente ao *ultimatum* norte-americano e às resoluções de guerra tomadas no país. Apoiou a posição espanhola de não aceitar a intimação norte-americana, pois considerava inadmissível a intervenção dos Estados Unidos em Cuba por motivos que não visavam dar a ela sua independência, mas saciar interesses econômicos e uma opinião pública exaltada e impregnada de intenções expansionistas:

Está, portanto, evidente que a guerra tinha de se travar. Não era lícito à Espanha fugir a uma situação criada pela sua política tradicional. Para essa nação já empobrecida, mas cujo orgulho se não sente abatido, é de admirar a calma com que o governo tem podido atravessar este período agudo da questão cubana. (...)

O congresso americano, cedendo embora à agitação popular, foi mal inspirado. Pondo de parte as aspirações do povo de Cuba contestaram tão somente a soberania espanhola.

Cuba não será espanhola; mas Cuba não será tampouco independente. Isto foi o que a Espanha viu; e isto é o que ela não pode nem deve aceitar. (...)

A sorte da revolução cubana fica dependendo da guerra hispano-americana.

A vitória dos Estados Unidos representa a perda de Cuba para a Espanha e muito provavelmente a sua anexação àquele país.

A situação da Espanha é gravíssima porque, na hipótese da derrota, não seria a perda de Cuba o seu maior prejuízo. Ela ficaria arruinada, reduzida sob a indenização brutal de guerra, a falir e entregar-se ao vencedor. Luta, pois, não pela ilha de Cuba, mas pela própria vida.

A vitória da Espanha, menos provável e talvez mais desejada do que a dos Estados Unidos, seria a ressurreição desse povo heroico. Se tal fato se desse a Espanha readquiriria a posição que há dois séculos vem perdendo até chegar à que hoje tem e que se caracteriza pela indiferença em que as grandes potências assistem ao conflito atual. (Os Nossos Telegramas, *O Estado de S. Paulo*, p. 01, 24 de abr. de 1898)

Novamente, os Estados Unidos são alvos de críticas por não reconhecerem ao menos o caráter de beligerantes dos revolucionários cubanos, demonstrando fraqueza ao ceder à pressão dos *jingoistas*, da imprensa e de parte da opinião pública. Para Cuba, restaria a continuidade de sua condição colonial, fosse pela mão da Espanha ou pela dos Estados Unidos. Contudo, o que mais chama a atenção é a inversão de valores apresentada no julgamento da situação espanhola. O país decadente, que cerceava as liberdades de um povo genuinamente americano, passou a ser visto como uma nação heroica, lutando por motivos que ultrapassavam a conservação do seu sistema colonial, por sua sobrevivência interna e por sua manutenção no sistema internacional. A preferência do jornal por uma vitória espanhola à norte-americana não podia



ser conciliada com a defesa da independência cubana, pois uma caminhava no sentido oposto da outra. Entretanto, não podemos perder de vista que essa nova representação da Espanha servia, em grande medida, para rechaçar a nova atitude assumida pelos Estados Unidos.

A falta de recursos materiais combinada com a pressão interna existente na Espanha transformou o conflito, segundo as palavras do futuro Secretário de Estado norte-americano, John Hay, em uma “esplêndida guerrinha”, pois em agosto de 1898, distante apenas três meses de seu início, o conflito já estava encerrado. Uma comparação racional entre as forças navais dos dois países demonstrava o resultado a ser esperado nos confrontos. A marinha norte-americana tinha se convertido em uma força militar de primeira ordem, classificada entre as seis melhores do mundo. A Espanha possuía uma marinha decadente, mal aparelhada e inferior numericamente se comparada com a dos Estados Unidos. A esmagadora derrota por terra e mar convenceu os espanhóis da impossibilidade de continuar a guerra, pois se encontravam isolados de suas possessões ultramarinas e com sua própria costa indefesa. Madri demorou alguns dias para solicitar formalmente a negociação de paz, pois o governo trabalhava para conter as manifestações públicas frente a uma capitulação. Apenas em julho, a proposta de rendição chegou a Washington e, alguns dias depois, firmou-se o protocolo de paz. As negociações dos termos sobre os quais seria firmada a paz foram um pouco mais lentas e se desenvolveram entre os meses de outubro e dezembro, em Paris, sob a mediação do diplomata francês Jules Cambon.

Mais do que um acordo, o Tratado de Paris foi o cumprimento de uma lista de exigências norte-americanas, prolongada pelas resistências e manobras falidas da comissão espanhola. Os Estados Unidos rechaçaram assumir a dívida interna cubana e exigiram a cessão dos territórios de Porto Rico, Guam e Filipinas. Além do abandono da soberania em relação a Cuba, firmou-se também que as tropas espanholas deveriam deixar a ilha até o início de 1899 e o pagamento, por parte dos estadunidenses, de vinte milhões de dólares pela possessão do arquipélago filipino. As petições espanholas relativas à opção de nacionalidade, reconhecimento de contratos e a designação de uma comissão internacional para reexaminar a explosão do *Maine*, foram rebatidas pela comissão norte-americana, com uma concessão transitória em relação ao



primeiro ponto: os espanhóis poderiam conservar durante um ano sua nacionalidade e optar, posteriormente, pela sua manutenção ou a adoção de outra.¹¹

No decorrer das negociações de paz e da crise governamental que se instalou na Espanha, o periódico paulista fez uma interessante crítica em relação às medidas tomadas pelo governo peninsular:

A perda das colônias é inevitável. Sabem-no todos os espanhóis e nenhum existe que imagine possível afastar essa cláusula do tratado de paz.

Desistir de territórios, ficando sem esse ônus, devia ser o programa único do governo da rainha regente. Conservar colônias, como as Filipinas, que amanhã se rebelaram contra a metrópole, é uma loucura que nem encontra atenuante no empenho de lisonjear o amor próprio nacional. Anexadas ou independentes, façam dessas colônias de hoje mercados e campos de trabalho dos espanhóis; mas jamais pretendam fidelidade dos que afizeram a rebeldia.

Dê-se tudo – Cuba, Porto Rico e Filipinas – mas salve-se a metrópole do peso dos encargos financeiros dessas colônias. A não ser assim, a Espanha estará perdida e sem remédio. (Os Nossos Telegramas, *O Estado de S. Paulo*, p.01, 10 de set. de 1898)

Em relação aos Estados Unidos, a folha paulista manteve uma postura de oposição, principalmente em relação à forma e aos motivos que levaram à intervenção armada. Posteriormente, a possível criação de um Ministério das Colônias repercutiu de forma negativa no periódico, causando, novamente, duras críticas às reais intenções norte-americanas em relação ao território cubano:

Um telegrama ontem publicado diz que o presidente McKinley resolveu criar mais um ministério, o das colônias.

A mudança de política que este ato representa, é a confirmação do juízo que em quase todos os países se formou da intervenção norte-americana na questão de Cuba.

A intervenção, tal qual se realizou indicava logicamente esta nova orientação. Os Estados Unidos intervieram em Cuba, porque nessa colônia espanhola, as portas daquela República, havia altos interesses americanos prejudicados pela guerra civil, e porque a Espanha, sem poder dominar o movimento separatista, deixava a ilha de Cuba arruinar-se rapidamente.

O governo de Washington não reconheceu nunca a qualidade de beligerantes aos cubanos. Intimando a Espanha a abandonar a ilha, fez a pretexto de humanidade, para livrar os cubanos das atrocidades atribuídas aos espanhóis, sem, todavia lhes oferecer a independência. E não era de se esperar que, depois de formais recusas de reconhecimento de beligerância, os Estados Unidos intervissem para fazer de Cuba uma nação independente.

¹¹ Essas informações foram retiradas do documento firmado após o Tratado de Paris, que se encontra disponível no site da Universidade de Yale: http://avalon.law.yale.edu/19th_century/sp1898.asp, acessado em 27/10/2011.



Desde que o exército americano desembarcou naquela ilha, ficou patente que os Estados Unidos trabalhavam somente pelos seus próprios interesses. De há muito que surgira para os norte-americanos o problema da colocação da subprodução industrial. Sem novos mercados a prodigiosa e colossal indústria da América do Norte está sem remédio (...) Esses mercados abrem-se em Cuba, em Porto Rico e nas Filipinas e talvez, em breve, se abram em outros portos. (...)

Hoje, com a criação do ministério das colônias, fica-se sabendo que em Washington desapareceram os escrúpulos constitucionais que têm impedido que aquela grande nação acompanhe as potências europeias na expansão por meio de colônias.

Abre-se, assim, na história norte-americana uma nova era.

A poderosa República tem de formar exército e esquadra que condigam com o seu desenvolvimento material e que garantam a realização das suas naturais aspirações: quer ser e há de ser uma grande potência. E para conseguir o seu fim adota os mesmos processos por que outras nações adquiriram essa posição. (Os Nossos Telegramas, *O Estado de S. Paulo*, p. 01, 26 de set. de 1898)

A crítica apresentava o ponto culminante da transformação dos Estados Unidos em uma potência em franca expansão. Abandonava-se a política de defesa, simbolizada pela Doutrina Monroe, e consolidava-se a preponderância dos interesses comerciais e a hegemonia econômica e política estadunidense no continente. Contudo, essa expansão, a despeito das análises promovidas pelo periódico, não foi feita de forma tradicional, pois era exercida de maneira indireta, não incorporando as terras adquiridas por razões políticas, econômicas e estratégicas, priorizando-se um espaço de projeção do poder, com acesso e controle privilegiado de determinados mercados, sem os custos e responsabilidades de uma administração direta. As preocupações demonstradas por Martí, durante a Conferência de Washington de 1889, finalmente tornavam-se realidade e chegava para a América o momento de iniciar sua luta para desvencilhar-se da expansão norte-americana.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho, discutimos as características da repercussão e das representações, feitas pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, acerca do processo de independência cubana entre os anos de 1895 e 1898. O conflito colocou em oposição, pela segunda vez, os insurgentes cubanos e as forças militares espanholas, contando, posteriormente, com a intervenção armada dos Estados Unidos. O evento adquiriu grande importância nas páginas do jornal, suscitando, no curso de quatro anos, intenso debate sobre a reorientação das



forças e influências que agiam no continente em fins do século XIX, principalmente pelo papel exercido pelos Estados Unidos na direção dos limites a serem seguidos nas relações interamericanas.

O considerável interesse pelos acontecimentos em Cuba foi, em grande medida, influenciado pela orientação americanista que a política externa brasileira assumira após a instalação do regime republicano. O americanismo marcava a república nascente por antinomia ao europeísmo com o qual se identificara a Monarquia, promovendo um maior interesse da imprensa e opinião pública em relação aos territórios anteriormente considerados como marginais para a política e economia brasileiras, como era o caso de Cuba.

O Estado de S. Paulo aliou, ao longo dos anos analisados, sua orientação liberal com a definição dessa solidariedade americana, colocando-se favorável aos anseios dos patriotas cubanos, principalmente ao considerar inaceitável a existência de um território que ainda se mantinha presa à estrutura colonial perpetrada pelas nações europeias, ferindo a tese do direito de autodeterminação dos povos. O seu discurso americanista também pôde ser percebido, na medida em que conclamava os governos do continente, incluindo o brasileiro, a manifestarem sua simpatia à causa de um “irmão continental”. Apenas os Estados Unidos empregavam uma ação diplomática efetiva para tentar encerrar o conflito, obviamente por possuírem grandes interesses comerciais e geopolíticos na ilha. Desse modo, *O Estado de S. Paulo* afinou o seu discurso com a atuação norte-americana, entendendo que os interesses estadunidenses eram justos e serviriam ao propósito de conceder independência aos cubanos. Além disso, devemos considerar que a república do norte constituía para o jornal um modelo de experiência liberal bem sucedida, exercendo grande influência na orientação política de seu grupo diretor, construindo, assim, um apoio destacado aos Estados Unidos.

Contudo, essa relação passou por uma inflexão em fins de 1897, quando William McKinley assumiu a presidência dos Estados Unidos e declarou a impossibilidade de reconhecer o caráter de beligerantes aos rebeldes ou a independência da ilha, mantendo o respeito à soberania espanhola. A situação agravou-se quando, em 1898, uma série de acontecimentos levou ao rompimento das relações diplomáticas entre espanhóis e estadunidenses, culminando com a declaração de guerra entre estas nações. Novamente, o



governo norte-americano se negou a reconhecer a beligerância ou a independência e promoveu uma ação intervencionista que resultou no estabelecimento de um governo militar e na tutela política da ilha. Nesse cenário, a admiração aos Estados Unidos entrou em choque com as orientações liberais do *Estado de S. Paulo* e este rompeu com o apoio delegado aos norte-americanos. O que anteriormente se caracterizava por um apoio incondicional, transformou-se em uma oposição declarada. A solidariedade americana foi mantida a fim de defender a independência da ilha, mas os Estados Unidos não eram mais vistos como defensores ou representantes dessa política.

O estudo da repercussão do processo de independência cubana nos proporcionou uma aproximação a um episódio pouco conhecido e explorado pela historiografia brasileira, com as questões que envolviam a imprensa e, principalmente, com o debate político, social e cultural presentes no contexto da guerra e nas relações internacionais que a cercavam. Tanto o apoio como as críticas direcionadas aos cubanos, espanhóis e norte-americanos nos permitiram compreender, de maneira mais ampla, as implicações geradas pelo conflito nas relações e influências que agiam no continente americano em fins do século XIX, além da melhor compreensão de como o Brasil estava inserido no âmbito das relações interamericanas.

Referências bibliográficas

BANTJES, Adrian A. The Spanish-Cuban-American War: a Cuban perspective. In: MELLIZO, Carlos; NUÑEZ, Ladevéze (coord.). *España, Estados Unidos y la crisis de 1898* (reflexiones para un centenario). Madrid: Fundación para el Análisis y los Estudios Sociales y los autores, 1998, p. 103-133.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.



DOLORES RIQUELME, Norma. La “vuelta” a la hispanidad: una mirada argentina a la guerra de Cuba. In: MENDOZA, Celina A. Lértora (Org.). *La Guerra de Cuba desde el Río de la Plata. Cuartas Jornadas de Historia*. Buenos Aires: Ediciones FEPAL. 1998.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FRAGINALS, Manoel Moreno. *Cuba-Espanha-Cuba: uma história comum*. Bauru: EDUSC. 2005.

MAO JUNIOR, José Rodrigues. *A Revolução Cubana e a questão nacional (1868-1963)*. São Paulo: Editora do autor, 2007.

MARTÍ, José. *Nossa América: antologia*. Coleção Nossa América. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

QUEIROZ, Suely Robles Reis. *Os Radicais da República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

THOMAS, Hugh. *Cuba: la lucha por la libertad 1762-1970*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1973.

